

## O NOVO ENSINO MÉDIO: PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES DO NONO ANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE BARRA DO GARÇAS-MT

**Thais Helena B de Oliveira<sup>1</sup>**

**Rosivânia da Silva Andrade<sup>2</sup>**

### RESUMO

A educação que antigamente conhecíamos como Ensino Médio e era ofertada por três anos subsequentes, ao final do nono ano do Ensino Fundamental, a partir de 2022, mudará. Nele, será incluído, concomitantemente, a educação profissional. O presente trabalho tem como objetivo verificar se os alunos do nono ano das escolas públicas estaduais de Barra do Garças-MT estão interessados neste novo formato de ensino, se querem cursar neste novo modelo e se atinam que irão aprender mais com essa junção ou não. Como não houve uma consulta prévia aos estudantes sobre o tema, é de relevância acadêmica que saibamos o que os principais contemplados pensam sobre o assunto, já a metodologia empregada foi uma pesquisa científica qualitativa aplicada. Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, com o procedimento de coleta de dados. O levantamento dessas informações foi um questionário aplicado *in loco* com conversas e diário de campo. Os resultados obtidos mostraram que os alunos sabem da mudança do Ensino Médio, gostaram dela, mas ainda não sabem quais cursos profissionalizantes irão cursar. Acreditam que estarão mais bem qualificados nesse novo formato, vão optar por ele, se interessam por cursos profissionalizantes e têm o maior interesse em cursos da área de tecnologia e saúde.

**Palavras-chave:** Ensino médio. Educação profissionalizante. Novo currículo.

### ABSTRACT

The education that we previously knew as high school and was offered for three subsequent years, at the end of the ninth year of elementary school, from 2022, will change. It will include, concomitantly, professional education. The present work aims to verify if the students of the ninth year of the state public schools of Barra do Garças-MT are interested in this new teaching format, if they want to attend this new model and if they reach that they will learn more from this junction or not. As there was no prior consultation with students on the subject, it is of academic relevance that we know what the main contemplators think about the subject, while the methodology used was qualitative scientific research applied. As for the objective, this is exploratory research with a qualitative approach, with the data collection procedure. The survey of this information was a questionnaire applied *in loco* with conversations and field diary. The results showed that students know about the change in high school, liked it, but still do not know which vocational courses they will attend. They believe they will be better qualified in this new format, will opt for it, are interested in vocational courses and have the greatest interest in technology and health courses.

**Keywords:** High school. Vocational education. New curriculum.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2016, o Ministério da Educação brasileiro anunciou uma ampla reforma no Ensino Médio com mudanças geradas pelas baixas notas alcançadas pelos alunos, essas que foram verificadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Por conta desses

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia do IF Goiano. E-mail: thais.helena@estudante.ifgoiano.edu.br

<sup>2</sup> Licenciada em Química (IFPE), Mestre em Educação em Ciências e Matemática (UFPE), Doutora em Educação (UFSCar), professora, rosivania.andrade@ifg.edu.br.

baixos índices, decidiu-se, por meio de uma Medida Provisória (sem consulta popular, votação no Congresso e sem audiência pública), que ela seria a melhor estratégia para essa etapa escolar. Foi, então, criada a Medida Provisória<sup>3</sup> 748/2016, tornando-se Lei nº 13.415, em fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017, p. 01).

De acordo com Silva (2018, p. 522),

Temos vivenciado tempos de instabilidade política em nosso país e, em meio a um turbilhão de acontecimentos no cenário político e econômico, ações que alteram significativamente a realidade tem sido tomadas de maneira rápida e sem ampla discussão com os diversos segmentos sociais. A atual Reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, é um exemplo dessas ações. A referida lei tem como proposta, entre outros pontos, reestruturar a agenda da educação integral no Brasil.

Nessa alteração, a mudança na composição de como o Ensino Médio seria organizado formou-se e a segunda etapa da educação básica agregou a educação profissional (que antes era ofertada após essa modalidade escolar ou concomitante e de forma opcional). Decidiu-se, então, que seria de interesse dos estudantes o oferecimento da educação profissional como uma modalidade anexa e obrigatória para todos que estivessem cursando o Ensino Médio no Brasil, opcional em 2022, mas, futuramente, obrigatório.

Esse imbróglgio muito foi criticado, já que não houve debates, fóruns, consultas e outras deliberações que sempre ocorrem em reformas educacionais dessas proporções, como acontece com o Plano Nacional de Educação<sup>4</sup>.

Silva (2018, p. 524), relata que:

A insatisfação e a revolta com as reformas do governo federal pós-impeachment fomentaram diversas manifestações organizadas pela comunidade acadêmica. Um exemplo bastante expressivo dessas manifestações foi o processo de ocupação de escolas por estudantes contrários à MP 746 e a PEC 241.

Diante desse contexto, surge o questionamento: Os alunos aprovam esse novo Ensino Médio? E se aprovam, qual curso profissionalizante escolheriam?

Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar as percepções dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas estaduais de Barra do Garças-MT. Esta pesquisa teve como objetivo específico avaliar se os estudantes entendem que estarão melhor

---

<sup>3</sup> Medida Provisória: normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a MPV precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária ([www.congressonacional.leg.br](http://www.congressonacional.leg.br)).

<sup>4</sup> Plano Nacional de Educação: documento que define as metas e objetivos da educação em um período de dez anos. LEI 10.178, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001).

preparados profissionalmente ao final dessa etapa educacional e qual curso pretendem estudar. A justificativa para tal é descobrir se os alunos que vão fazer o Ensino Médio se interessaram por esta mudança, se querem estudar nestes moldes e se eles irão perceber que estarão mais preparados com essa junção de ensino regular mais ensino profissionalizante.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A educação e o trabalho

Desde os tempos mais longínquos, quando o Homem de Neandertal passou a andar sobre essas rotas que chamamos de sobrevivência, que o trabalho está inerente à nossa espécie. Trabalhávamos apenas para comer, se vestir e sobreviver há tempos difíceis, que agora são eras remotas de nossa existência. Com o passar das experiências, aprendizados e observações, o homem passou a entender os processos da natureza, os acontecimentos, as eras e estações e o que ele precisava fazer para obter o que lhe era necessário, não apenas somente para sobreviver, mas para viver bem.

Nesses tempos remotos, quando nada era classificado, nem estigmatizado, começou-se o entrelaçamento da educação com o trabalho, pois mesmo não tendo o nome “educação”, o homem precisava aprender sobre a caça, o local onde iria se abrigar, de onde iria tirar a roupa para se cobrir e até descobrir como sobreviver às mais diversas situações, ataques de predadores e ainda manter a prole protegida.

Sobreviver sempre foi o lema da raça humana e, se lembrarmos de filmes antigos, em especial, *A guerra do fogo* (1982), essa situação é muito bem retratada: “quem tinha o fogo era o dono do poder e o defendia, porque não sabia ‘criá-lo’, apenas ‘mantê-lo’. Ali se vê a luta do ser humano pela sobrevivência. E nada mais vinculado a isso do que a educação”.

Para Feres (2018, p. 08):

Uma forma de compreender a situação atual da educação e, particularmente, da educação profissional no Brasil e identificar os principais desafios e formas de superá-los é por meio da análise dos fatores históricos que demonstram a estreita relação entre trabalho e educação. E esta sabedoria é inerente ao trabalho, pois estudamos para obtermos conhecimento e assim sobrevivermos. E muitas eras depois o *Homo sapiens*, ainda busca este poder, este saber que só a educação tem e ela está muito ligada ao mundo do trabalho. Estudamos para obtermos um trabalho e uma renda melhor, termos condições de uma vida digna.

Dessa forma, Saviani (2007, p. 152-165) nos diz que o trabalho e a educação são atividades específicas do homem, e isso significa que apenas nós, seres humanos, trabalhamos

e educamos. Por isso, a relação educação e trabalho está intrinsecamente ligada ao humano, e agora, o que antes era mais uma etapa dos estudos, a educação profissional, que era opcional, se tornará obrigatória.

## 2.2 A história da educação no Brasil

A história da educação no Brasil é remetida desde os padres jesuítas, passando por Marquês de Pombal, escolas rurais, até a educação pública e gratuita como conhecemos hoje. Muitas reformas aconteceram, leis foram feitas, decretos formulados e em cada novo governo ocorreu novas formas de pensar a educação no nosso país (SOUZA, 2018, p. 17).

Infelizmente, sofremos com essas mudanças em decorrência de decisões que modificam a percepção sobre a educação. O Quadro 1 apresenta as diversas leis e decretos que modificaram a educação desde o século passado:

**Quadro 1-** Leis e decretos educacionais brasileiros.

<b>Ano</b>	<b>Lei ou Decreto</b>
1909	Decreto nº 7.566 cria as primeiras escolas de Aprendizes e Artífices, facilitando o acesso de jovens de classes baixas ao curso primário e à formação profissional
1942	Conjunto de Leis Orgânicas de Ensino (“Reforma Capanema”) estrutura o ensino industrial, reforma o ensino comercial e cria o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)
1961	Lei nº 4.024, que estabeleceu a primeira Lei de Diretrizes e Bases brasileira, reconhece os cursos profissionalizantes para acesso ao ensino superior
1971	Lei nº 5.692 institui o ensino de 2º grau e torna obrigatória a EPT (Educação Profissional e Técnica) para desenvolver potencialidades, qualificar para o trabalho e preparar para a cidadania
1982	Lei nº 7.044 define que a profissionalização deixa de ser obrigatória, sendo facultada a cada escola.
1971	Lei nº 5.692 institui o ensino de 2º grau e torna obrigatória a EPT para desenvolver potencialidades, qualificar para o trabalho e preparar para cidadania
1996	Lei nº 9.394 LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) institui a preparação do jovem para a vida social, política e produtiva
1997	Decreto nº 2.208 afirma que EPT teria uma organização própria, afastando-a do ensino médio. Início da expansão de cursos superiores e de tecnologia.
2004	Decreto nº 5.154 estabelece a oferta da EPT integrada ao ensino médio regular

2008	Portaria MEC nº 870 institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; Lei nº 11.892 cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
2012	Resolução CNE/CEB nº 6 define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
2017	Lei nº 13.415 possibilita o Ensino Médio regular articulado à formação técnica e profissional em um turno/período (pelo menos 3.000 horas totais)

Fonte: Adaptado do Consed (2018).

A educação profissional e tecnológica vem sendo, há bastante tempo, inserida em nossa educação. É um ensino que qualifica um indivíduo para o mercado de trabalho, ensinando uma profissão e, por consequência, criando mais oportunidades na vida profissional. Nesse sentido, mais uma vez, o trabalho e a educação estão intimamente ligados, sendo que, por longos anos, essa modalidade de ensino ficou regida sob a forma opcional, escolhida pelos estudantes (FERES, 2018, p. 07-08).

No ano de 2016, ocorreu a implementação das diretrizes do novo Ensino Médio, em que os estudantes passaram a escolher fazer um curso profissionalizante juntamente com as disciplinas da educação básica, ofertado pela instituição competente, com a responsabilidade do Estado para que os alunos tenham, no mínimo, duas opções de cursos.

Conforme Feres (2018, p. 05-06):

Atualmente, o foco do sistema educacional está voltado para a educação básica, particularmente o ensino médio. Recentemente, foi aprovada a Lei da reforma do ensino médio (BRASIL, 2017), que propõe tornar o ensino médio mais diversificado e flexível constituído de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e uma parte diversificada, que poderá ser organizada em diferentes itinerários formativos. Os questionamentos e as expectativas com relação à reforma são grandes, e será preciso superar diversos desafios presentes no sistema educacional em geral e no ensino médio, para que os avanços educacionais desejados possam se concretizar.

Os desafios são grandes, basta olharmos para a situação dos municípios que não têm escolas de cursos técnicos subsidiados pelo governo, além dos locais com falta de professores para ministrar aula das disciplinas seculares. Como será realizada essa nova organização? Não levar em conta os questionamentos e as expectativas de uma sociedade e da parte que será afetada, compromete, e muito, o desenvolvimento e a implantação de uma reforma como essa (SILVA, 2018, p. 522).

Novamente, o governo brasileiro cria reformas que estão longe de serem contempladas quando nos deparamos com a sala de aula. Ao observarmos o estado estrutural de uma escola, percebe-se que os problemas precisam ser analisados, em uma perspectiva crítica, e que contemplem diferentes vozes. A ideia de unir o Ensino Médio à profissionalização, partindo do pressuposto de que esses alunos sairão com uma formação para o trabalho, pode ser excelente no papel, mas realizá-la demanda grande mudança.

### **2.3 O novo Ensino Médio: mudanças e perspectivas**

Na década de 70, o tecnicismo era um dos ideais de educação, cursos nesta vertente eram populares e apregoavam o aceitável ideal de que todos teriam emprego, bastava escolher e estudar em uma turma dessa modalidade. O curso técnico em contabilidade, magistério e enfermagem eram ofertados e havia uma escola sem senso crítico e sem a intenção de formar cidadãos, pois matérias que levavam o indivíduo a pensar foram retiradas da matriz curricular (COSTA, 2016, p. 1634-1635).

Fica evidente o estilo de profissionalização obrigatória no antigo 2º grau, imposto por um governo autoritário, que com a alusão da necessidade econômica de mão de obra escolarizada, técnica e executora de atividades, propagava essas ideias como sendo um bom plano educacional. Sem senso crítico e educação que transformasse o estudante em cidadão, em um cidadão conhecedor de sua função na sociedade, criou-se uma geração de pessoas que fazem apenas um tipo de serviço, caso percam o emprego, dificilmente saberiam se “recriar” como profissionais novamente (SILVA, 2016, p. 197).

Para Kuenzer e Machado (1972, p. 30):

No Brasil, a pedagogia tecnicista ganhou notoriedade nas décadas de 1960 e 1970, durante o regime militar, alinhada à necessidade de criar um mercado de trabalho e consumidor para o capital internacional, especialmente, o desenvolvimento capitalista norte-americano. Assim, “as próprias condições e os problemas postos pela etapa desenvolvimentista capitalista dependente que o país atravessava – a consolidação da fase monopolista – propiciaram o evento da tecnologia educacional.

Isso aconteceu há quase meio século e sabemos do resultado: o apregoado “Novo Ensino Médio”, que mais parece uma releitura do tecnicismo disfarçada de “boa educação”, esse que prevê mudanças um tanto quanto ousadas para o atual cenário das escolas públicas do Brasil. Exclusões de disciplinas, abertura para profissionais com “notório saber”, sem ter um curso de licenciatura, implementação geral do ensino integral (escolas públicas em sua maioria estão com estrutura deficitária), carga horária que é de 800h para 1400h, ou seja, as escolas não têm infraestrutura que suportem esse aumento e o sistema de créditos e módulos, com a ideia de que

pode ser usado no Ensino Superior, são algumas das diretrizes do novo Ensino Médio (SCHÜTZ, 2019, p. 215).

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este estudo tem natureza qualitativa, do tipo exploratória, a partir da coleta e análises de dados levantados através de um questionário. Para Flick (2004, p. 17), “existe uma variedade grande de métodos específicos disponíveis, partindo de diferentes premissas em busca de objetivos distintos”.

Arelada a mudança proposta pela lei 13.415/2017, há de se pensar nos estudantes afetados por tal alteração. Como Flick (2004, p. 18) relata, “a mudança social acelerada e a consequente diversificação de esferas de vida fazem com que os pesquisadores sociais se defrontem, cada vez mais, com novos contextos e perspectivas sociais.

A esta pesquisa, foram atribuídos os aspectos que vão desde a adequação de ideias para investigação, estudo do conhecimento e das práticas dos participantes e sobre a reflexividade que torna o pesquisador parte explícita da produção de conhecimento, aliada ao campo de pesquisa (FLICK, 2004, p. 18).

O campo de estudo deu-se nas escolas públicas estaduais de Barra do Garças-MT, que permitiram a sua realização, totalizando 150 alunos do 9º ano que aceitaram responder a pesquisa, que foi realizada no mês de março de 2022.

Foram utilizadas três escolas como campo de pesquisa: uma situada no centro da cidade, com duas turmas, contando com 70 alunos que responderam ao questionário e duas em setores mais periféricos, porém, localizadas em bairros considerados de classe média, sendo uma com duas turmas de 9º ano, com 50 alunos participantes da pesquisa e a última com 30 estudantes que responderam ao questionário.

O instrumento da pesquisa, o questionário, inicia-se informando aos estudantes o que é a pesquisa, para que serve e se eles aceitam responder ao mesmo. Os alunos que aceitaram participar, voluntariamente, da pesquisa, assinalaram, no início do questionário, o Termo de Anuência Livre e Esclarecida (TALE). Após informar que tinham terminado, o pesquisador recolheu as folhas do questionário e agradeceu a participação de todos.

O questionário da pesquisa contém sete perguntas de múltipla escolha. Nas questões, investigou-se o que o aluno sabe sobre as mudanças que estão sendo implantadas no Ensino

Médio. Na sequência, indagamos se eles gostaram desta junção de ensino regular mais ensino profissionalizante, já que eles são os principais interessados nessa transformação. Seguindo essa linha, investigamos se sabiam quais cursos da educação profissional poderiam escolher e se acreditavam que estarão mais bem qualificados com a união dessas duas modalidades.

No questionário utilizado, ainda havia o questionamento de que, se eles pudessem optar pelo novo Ensino Médio, ou o formato anterior, qual deles eles optariam e, para finalizarmos, foram dadas algumas sugestões de campos de estudos para saber o interesse dos pesquisados. As ciências de interesse que foram sugeridas na pesquisa são as da saúde, tecnologia, agrária, educação, exatas, humanas e outros, em que poderia informar uma outra área que a pesquisa não contemplou.

Durante o processo, foram escolhidos grandes grupos de área de profissionalização, porque nas pesquisas feitas nos sites oficiais do estado de Mato Grosso, bem como em seu diário oficial (IOMAT - Superintendência da Imprensa Oficial de Mato Grosso), no período entre 2020 e 2021, não foi localizado nenhum tipo de curso que o governo poderia disponibilizar na modalidade profissional.

No ano de 2020, há duas informações sobre o novo Ensino Médio no mesmo Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do dia 03/12, nº 27.890, nas páginas 74 e 75, que trata de “Dar início às ações para implementar o Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso, seguindo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituídos pela Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017”.

Em 2021, há nove matérias que citam sobre o novo Ensino Médio no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, mas, em nenhum deles, há menção sobre os cursos que serão ofertados aos alunos na modalidade profissionalizante. São os diários dos dias: 12/01, nº 27.913, p. 34 (cronograma de implantação); 29/04, nº 27.988, p. 21 (membros de comitê); 21/05, nº 28.004, p. 119; 22/09, nº 28.089, p. 23 (ensino aprendizagem); 20/10, nº 28.107, p. 37 (atribuição de professores); 05/11, nº 28.118, p. 33 (membros de comitê); 03/12, nº 27.890, p. 75, (organização de currículo). É válido ressaltar que todos estão disponíveis no site oficial da IOMAT.

Juntamente à aplicação do questionário, o pesquisador conversava com coordenadores, professores e diretores sobre como eles estavam vendo esse novo Ensino Médio, perspectivas e direcionamento do que visualizavam a respeito dessa mudança proposta pelo governo. Gil (2017, p. 98) discorre sobre esse tipo de coleta de dados, tal autor direciona que são “fontes de dados para estudos: diário, notas de campo elaboradas pelo pesquisador, conversas, entrevistas e documentos diversos. É importante considerar que o pesquisador precisa também coletar



informações acerca do contexto da narrativa”. Dessa forma, esse instrumento também se utilizou dessa narrativa para melhor entender os resultados pesquisados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O questionário da pesquisa contém sete perguntas de múltipla escolha. Nas questões que se seguem, investiga-se o que o aluno sabe sobre as mudanças no Ensino Médio. Dos 150 alunos participantes, 106, um total de 70,7%, deles, já sabiam que o ensino estava mudando, contra 44 (29,3%), que informaram não saber destas modificações. Uma resposta que, analisada perante a coleta de conversas com profissionais da escola, mostrou uma divergência, já que estes acreditavam que os alunos não sabiam dessa mudança. Segundo Feres (2018, p. 04), sobre narrativa de visões diferentes: “as dimensões concretas e abstratas da educação são alvos de disputas permanentes na sociedade. Isso faz com que os avanços educacionais ocorram em meio às contradições presentes na área de educação e na própria sociedade”.

Na sequência, o questionário indaga se eles gostaram desta junção de ensino regular com ensino profissionalizante, a maioria dos alunos, um total de 81,3%, sendo 122 alunos, informaram que sim, que gostaram desta nova forma de Ensino Médio, contra apenas 18,7% (28 alunos) que foram para o contrário.

Seguindo essa linha, indagados se sabiam quais cursos da educação profissional podiam escolher, 60 discentes, 40% do total, marcaram a opção “Sim”, que eles sabiam que poderiam escolher, porém, a maioria, 90 deles, ou seja, 60%, escolheu a resposta de que não sabiam o que eles poderiam escolher. Em pesquisas nos sites oficiais do Estado do Mato Grosso, sobre o novo Ensino Médio, nos anos 2020 e 2021, não foram encontradas opções de escolha, apenas a informação de que os alunos poderiam optar por um curso profissionalizante, porém, não havia informações sobre quais (IOMAT).

No que se refere ao questionamento se eles acreditavam que estariam melhor qualificados, 132 alunos, ou seja, 88% deles, assinaram que “Sim”, que acreditavam que estariam mais bem qualificados. E apenas 18 alunos, 12% deles, achavam que não estariam nestas condições. Feres (2018, p. 30) relata que “desde a edição da Lei nº 11.741, de 16 de junho de 2008, (BRASIL, 2008b), que alterou a LDB, a educação profissional brasileira tem a seguinte configuração: 1) formação inicial e continuada ou qualificação profissional”, com essa

visão, é compreensivo o entendimento de que essa junção irá melhorar a qualificação desses estudantes.

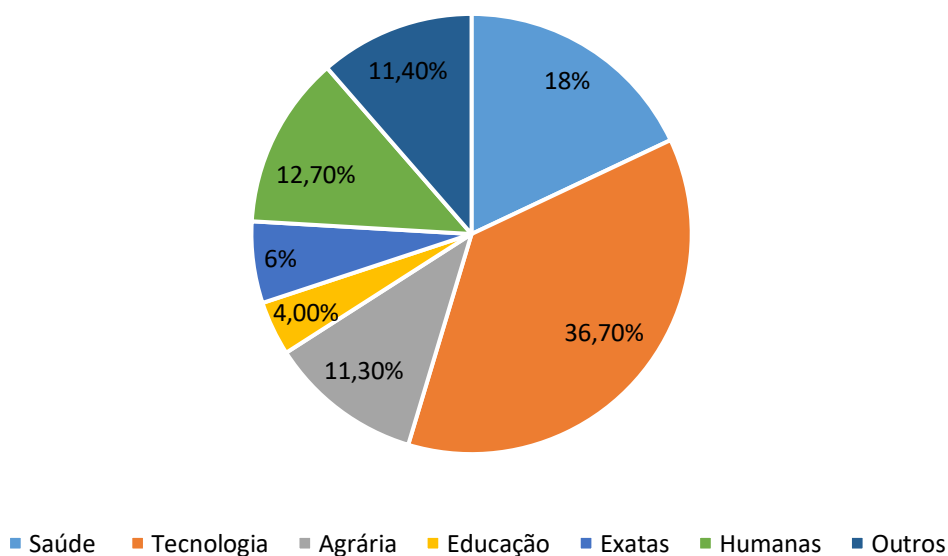
Questionados sobre se pudessem optar pelo novo Ensino Médio ou o formato anterior, 107 alunos, 71,3% deles, responderam que querem o novo formato e apenas 43, 28,3% do total, preferem o modelo tradicional. 118 estudantes, ou seja, 78,7%, se interessam pela educação profissional e 32, 21,3% deles, disseram que não estão propensos a se empenharem para esta vertente educacional. Isso mostra que a ideia de uma formação profissional, atrelada ao Ensino Médio, infere aos alunos este desenvolvimento, onde eles saem qualificados para o mercado de trabalho.

Feres (2018, p. 30) fala que:

A educação profissional de nível médio e de nível superior de graduação conferem diploma aos que concluem os cursos, habilitando-os para o exercício profissional. A educação profissional técnica de nível médio está organizada de modo a permitir o acesso de jovens e trabalhadores que já concluíram o ensino médio e de estudantes que estão cursando o ensino médio.

E, para finalizarmos o questionário, foram dadas algumas sugestões de campos de estudos para saber o interesse dos pesquisados, tendo em vista que não há informações sobre as opções de cursos técnicos que o governo irá disponibilizar aos alunos. As ciências de interesse que foram sugeridas na pesquisa são as da saúde, tecnologia, agrária, educação, exatas, humanas e outros, em que poderia informar uma outra área que a pesquisa não contemplou.

**Gráfico 1-** Porcentagem de escolha dos alunos por áreas de atuação para cursos profissionalizantes.



Fonte: Dados coletados na pesquisa.

Nesta pesquisa, os alunos mostraram que estão entendendo o que está acontecendo com as situações ao seu redor, e, mesmo que os demais profissionais narrem que eles não estão inseridos neste contexto, as respostas mostram que sim, eles sabem o que está acontecendo. Em conversas com os profissionais da escola, no dia da aplicação dos questionários, os alunos relataram que sabiam que o ensino ia mudar, mas que ainda não entendiam, na prática, como iria acontecer a parte que se refere aos itinerários profissionalizantes.

Além disso, alguns coordenadores também relataram que não sabiam como seria o procedimento da parte profissionalizante, já que a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso não tem contingente de profissionais bacharéis que venham suprir essa demanda. Outros profissionais da educação também narraram a preocupação em ser uma geração não preparada para o Enem, já que haverá a necessidade de dividir tempo com a parte profissionalizante e também não preparada para o mercado de trabalho, já que a parte profissionalizante ainda não está sendo inserida e que eles não sabem como ela será feita e se será bem feita, basta ver nos documentos oficiais que há a falta desta informação. Essa ideia de que a escola deve preparar o aluno para a sociedade está vista na pedagogia liberal narrada por Libâneo (1982) e Silva (2016).

Para Silva (2016, p. 198):

Nessa direção, a pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo de sociedade se sustentando, principalmente, na ideia de que a escola tem como função preparar os sujeitos para o desempenho de papéis sociais, tendo em conta as aptidões individuais. Mas, para que isso ocorra, é necessário aprender a se adaptar aos valores e às normas vigentes da sociedade.

Portanto, pelas informações colhidas no questionário e as conversas com profissionais da área e com os próprios alunos, a dúvida paira e segue conforme as mudanças vão acontecendo e conforme o governo decide como irá prosseguir para inserir a parte profissionalizante no Ensino Médio regular.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se iniciar uma pesquisa, há sempre o interesse em se descobrir algo ou alguma coisa. Com as respostas ao questionário e conversas com os alunos, estes mostraram que sabem o que está acontecendo ao redor deles. Apesar de que, em diálogos com parte dos profissionais das escolas, estes disserem que os estudantes não sabiam sobre o tema. Mas sabemos que o contraditório faz parte da educação e da sociedade.

Estes estudantes nos mostraram que eles estão atentos, sim, às coisas que estão acontecendo ao redor deles e que se interessam, sim, por esta nova forma de Ensino Médio e que gostaram dessa mudança. Sobre as escolhas dos cursos, isso perpassa esse trabalho, tendo em vista que não há, ainda, opções a serem oferecidas, mas os discentes já sabem as áreas que querem seguir.

Portanto, as dúvidas e dificuldades continuam permeando a educação brasileira e a luta por uma educação melhor deve ser de todos e todos os dias. E que mesmo com os obstáculos que o mundo, atualmente, tem lançado, mesmo com as complicações que estão se apresentando nas escolas, os alunos mostraram que querem essa mudança e que, sim, se interessam pelos cursos profissionalizantes e que vão aderir a essa nova etapa da educação básica. Assim,, espera-se que esta implementação seja feita de uma forma que beneficie,, esses estudantes e futuros profissionais de nosso país.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.ano 154, seção 1, n1.

BRASIL, **Lei 13 415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm) Acesso dia 01 de out de 2021.

\_\_\_\_\_, **Lei 13 415**, de 16 de fevereiro de 2017. Diário de Oficial da União. Brasília, DF, ano 154, n. 1, 16 fevereiro 2017. Seção I, p.1. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/602639/publicacao/15657824>

\_\_\_\_\_, **Medida provisória que altera a Lei de 3 de janeiro de 2012**.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv748.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv748.htm)

\_\_\_\_\_, **Medida Provisória 746/2016**. Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> Acesso dia 03/09/2021, Às 10:27.

\_\_\_\_\_, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.1988.

\_\_\_\_\_, **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. 20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_, PNE. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Disponível me <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

Acesso dia 03/09/2021, ás 10:40.

CAMPOS, Lorraine Vilela. "**Novo Ensino Médio: entenda a reforma**"; Brasil Escola.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/novo-ensino-medio-entenda-reforma.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

CONSED, 2018. <http://www.consed.org.br>

COSTA, Regis Clemente; SUBTIL, Maria José Dozza. **A Ditadura Militar no Brasil e a proibição do ensino de filosofia**: entre o tecnicismo e a subversão política. *Imagens Da Educação*, v. 6, n. 2, p. 29-41, 2016.

COSTA, Maria Adélia e Coutinho, Eduardo Henrique Lacerda. **Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017**. *Educação & Realidade* [online]. 2018, v. 43, n. 4 [Acessado 13 Agosto 2021], pp. 1633-1652. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623676506>>. Epub 06 Ago 2018. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623676506>

COSTA, Marilda de Oliveira e Silva, Leonardo Almeida. **Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional**. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2019, v. 24 [Acessado 13 Agosto 2021], e240047. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240047>>. Epub 14 Out 2019. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240047>.

FERES, MARCELO. **Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissionalizante e técnica no Brasil e sua articulação com o ensino médio**. Brasília, 2019. Disponível em: Microsoft Word - EPT\_EM\_\_V3\_Expandida.doc (movimentopelabase.org.br), 01 de outubro de 2022, às 02:00h

FERRETTI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. *Estudos Avançados* [online]. 2018, v. 32, n. 93 [Acessado 13 Agosto 2021], pp. 25-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>.

FLIK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. trad.Sandra Netz.-.ed.-Porto Alegre:Bookman, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. *Educação & Sociedade* [online]. 2007, v. 28, n. 100 [Acessado 3 Setembro 2021], pp. 1129-1152. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300023>>. Epub 29 Out 2007. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300023>.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE .**Cidades. Barra do Garças-MT**. 17/09 AS 14:27H  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/panorama>

INEP, Instituto nacional de estudo e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, **Disseminação de resultados**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso dia 30 set de 2021, às 11:22h.

IOMAT- Superintendência de Imprensa Oficial de Mato Grosso, disponível em <https://www.iomat.mt.gov.br/>

KUENZER, A. Z. & MACHADO, L. R. S. **A pedagogia tecnicista**. In: MELLO, G. N. (org.) Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo: Loyola, 1982, p. 29-52.

KUENZER, A. **Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Saber, saber ser, saber fazer, o conteúdo do fazer pedagógico. Revista da ANDE, ano 1, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1990.

LOTTA, Gabriela Spanghero et al. **Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil**. Revista de Administração Pública [online]. 2021, v. 55, n. 2 [Acessado 13 Agosto 2021], pp. 395-413. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220190159>>. Epub 05 Maio 2021. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190159>.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete modalidades de ensino. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/modalidades-de-ensino/>>. Acesso em 17 set 2021.

NAVARRO, KOEPEL, ELIANA CLÁUDIA, OLIVEIRA, GARCIA, SANDRA REGINA DE e SILVA, CZERNISZ, ELIANE CLEIDE DA. **A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM**. Educação em Revista [online]. 2020, v. 36 [Acessado 13 Agosto 2021], e222442. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698222442>>. Epub 14 Ago 2020. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698222442>.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2007, v. 12, n. 34 [Acessado 3 Setembro 2021], pp. 152-165. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>>. Epub 16 Maio 2007. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da Politecnia**. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2003, v. 1, n. 1 [Acessado 3 Setembro 2021], pp. 131-152. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>>. Epub 06 Nov 2012. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>.

SAVIANI, Demerval. **Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291-304, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i2.8652795. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>. Acesso em: 1 out. 2021.

SILVA, Andréa Villela Mafra. **A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 70, p. 197-209, dez. 2016

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. **Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma Educação**, vol. 43, núm. 3, 2018, Julho-Setembro, pp. 521-534 Universidade Federal de Santa Maria Brasil.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. **História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino**. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 12 v. 12 n. 23 jul/dez 2018

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; COSSETIN, Vânia Lisa Fischer. **Orfandade instituída e legalmente amparada**: reflexões críticas sobre o “novo” Ensino Médio brasileiro. *Educação Unisinos*, v. 23, n. 2, p. 209-224, 2019.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2014, v. 19, n. 9 [Acessado 1 Outubro 2021], pp. 3631-3644. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração UFSC, 2013.

## APÊNDICE

### Pesquisa sobre Novo Ensino Médio

Pesquisa com alunos do 9º ano das escolas públicas de Barra do Garças-MT para saber o interesse deles pelo Novo Ensino Médio.

E-mail:

Este questionário faz parte do TCC do Curso de Pedagogia do IFGoiano da discente Thais H B Oliveira e tem o objetivo de saber se os alunos gostaram do formato do Novo Ensino Médio. Você permite que usemos suas respostas para o trabalho referido? Ao clicar em “Sim”, você indica que aceita responder às perguntas de livre e espontânea vontade deste questionário e que suas respostas sejam usadas no trabalho de conclusão de curso da referida aluna.

SIM

1-Você sabe que o ensino médio irá mudar (o ensino profissionalizante será junto)?

Sim

Não

2-Você gostou dessa junção de estudos (regular+profissionalizante)?

Sim

Não

3-Você sabe quais cursos profissionalizantes você poderá escolher?

Sim

Não

4-Você acredita que estará melhor qualificado, com este novo modo de estudo, ao terminar o ensino médio?

Sim

Não

5-Se você puder optar entre o formato anterior e o novo formato de ensino médio(ensino regular + ensino técnico profissionalizante) qual você optaria?

Formato anterior

Novo formato

6-Você se interessa pelo ensino técnico profissionalizante?

Sim

Não

7-Em qual área profissionalizante você tem mais interesse em cursar?

Saúde

Tecnologia

Agrária

Educação

Exatas

Humanas

Outro: \_\_\_\_\_





# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)  
Dissertação (mestrado)  
Monografia (especialização)  
TCC (graduação)

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: 1THAIS HELENA BEZERRA DE OLIVEIRA

2ROSIVÂNIA DA SILVA ANDRADE

Artigo científico  
Capítulo de livro  
Livro  
Trabalho apresentado em evento

Matrícula: 2018205221351393

Título do trabalho: O NOVO ENSINO MÉDIO: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO  
NONO ANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BARRA DO GARÇAS-MT.

## RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /2022.

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia do IF Goiano. E-mail: thais.helena@estudante.ifgoiano.edu.br

<sup>1</sup> Licenciada em Química (IFPE), Mestre em Educação em Ciências e Matemática (UFPE), Doutora em Educação (UFSCar), professora, rosivania.andrade@ifg.edu.br.

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local Aragarças- Goiás 06 /10  
/2022

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**



*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*

## **Anexo II**

### **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO**

Ao(s) **21** dia(s) do mês de **Setembro** de dois mil e vinte e dois, às **15 horas e 30 minutos**, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: **Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosivânia da Silva Andrade** (orientador), **Prof<sup>ª</sup>. Dra. Caroides Julia Corrêa Gomes** (membro), **Prof. Dr. Diego Carvalho Viana** (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**O NOVO ENSINO MÉDIO NA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES**” do(a) estudante **Thaís Helena Bezerra de Oliveira**, Matrícula nº **2018205221351393** do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TCC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Profa. Dra. Rosivânia da Silva Andrade  
(Presidente e Orientador)

Profa. Dra. Caroides Julia Corrêa Gomes  
(Membro 1)

Prof. Dr. Diego Carvalho Viana  
(Membro 2)

Acadêmico



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**

*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*



## **Anexo IV**

### **TERMO DE RESPONSABILIDADE AUTORAL**

Eu Thais Helena Bezerra de Oliveira discente do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância do IF Goiano, autor do artigo científico intitulado, O Novo Ensino Médio: percepção dos estudantes, declaro, para os devidos fins da Lei nº 9.610, de 19/02/98, que me responsabilizo inteiramente perante o IF Goiano, o (a) professor (a) orientador (a) e demais membros da banca examinadora, pelo aporte ideológico e referencial, me responsabilizando por eventual plágio do texto que consubstancia a obra de minha autoria, submetida à banca examinadora para defesa de Trabalho do Conclusão (TC) do curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. Destarte, sob as penas da lei, estou ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais em caso de comprovada violação dos direitos autorais.

Barra do Garças-MT, 09 de setembro de 2022.

Acadêmico/Autor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**

*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*

